



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte

Concurso Público para Provimento de Cargos
Técnico-Administrativos do Quadro Permanente
de Pessoal do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do RN.

TAE CONCURSO PÚBLICO

TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO



EDITAL Nº 7/2023 - RE/IFRN

Caderno de Provas

TAE – CARGO 15
NS

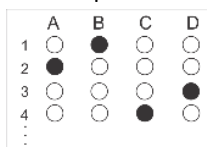
ODONTÓLOGO

Edital Nº. 007/2023 – RE/IFRN

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Legislação e 20 (vinte) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	20 pontos
Legislação	10 questões	20 pontos
Conhecimentos específicos	20 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL ESTÁ MUDANDO O MUNDO, MAS PRECISAMOS PROTEGÊ-LO

Dora Kaufman

No início de 2023, Geoffrey Hinton, considerado o “padrinho da IA” e vencedor do Prêmio Turing (Nobel da tecnologia), declarou à revista *Technology review*: “De repente, mudei minha opinião sobre se essas coisas (máquinas movidas por inteligência artificial) serão mais inteligentes do que nós. Acho que elas estão muito próximas disso agora e serão muito mais inteligentes do que nós no futuro.” A cientista da computação Melanie Mitchell reconhece, na revista *Science*, que é uma afirmação extraordinária, mas que exige evidências igualmente extraordinárias. “Nós, humanos, somos propensos ao antropomorfismo, projetando inteligência e compreensão em sistemas que fornecem até mesmo um indício de competência linguística”, pondera. Mitchell refuta cada um dos testes realizados para comprovar a semelhança entre as capacidades cognitivas da IA generativa e as dos seres humanos, concluindo que, a partir das evidências fornecidas, não é possível afirmar que os sistemas de IA em breve igualarão ou excederão a inteligência humana.

Para o Prêmio Nobel Judea Pearl, autor de *The book of why: the new science of cause and effect* (Basic Books, 2018), estamos longe de produzir máquinas com inteligência semelhante à humana. A diferença profunda é a ausência de um modelo mental da realidade onde a imaginação acontece. Para ir mais longe, pondera Pearl, precisamos desenvolver um modelo causal, e não apenas modelos de correlação como as técnicas atuais de IA. “Se quisermos que os robôs respondam ‘por quê?’ ou mesmo que entendam o significado, devemos equipá-los com um modelo causal e ensiná-los a responder a perguntas contrafactuais”, argumenta Pearl, lembrando que as intuições humanas são organizadas em torno de relações causais, não estatísticas.

Abstraindo as controvérsias sobre o futuro da inteligência artificial, o que temos hoje é um sistema estatístico de probabilidade, fundamentalmente modelos baseados na técnica de redes neurais profundas (*deep learning*), com inúmeras limitações a começar pela variável de incerteza intrínseca aos sistemas estatísticos; soluções como o ChatGPT preveem o próximo *token* em uma sequência com base em uma lógica de probabilidade. A subjetividade humana permeia toda a cadeia de desenvolvimento da IA. São os humanos que tomam as decisões ao longo do processo, bem como são os humanos que interpretam os resultados e decidem como utilizá-los.

Ainda que limitada, a IA tem demonstrado um potencial revolucionário em diversas áreas, como saúde, transporte, educação, segurança e na otimização de processos operacionais. No entanto, seu uso também traz desafios e preocupações, como viés algorítmico discriminatório, privacidade, responsabilidade civil e impacto no mercado de trabalho. Regulamentar adequadamente a IA torna-se crucial para garantir sua aplicação ética, segura e responsável, especialmente porque as legislações existentes não abrangem a totalidade dos riscos associados a esses sistemas. Embora a regulamentação da IA seja essencial, trata-se de um desafio complexo; não por acaso ainda não temos, no mundo ocidental, um marco regulatório, o processo mais avançado é o europeu – “AI Act”, em debate público desde abril de 2021, 3.000 emendas em novembro de 2022, segunda versão votada no Parlamento Europeu em 14 de julho de 2023 –, com fortes críticas tanto do mercado quanto da academia.

Regulamentar a IA não é como regular um produto ou um serviço, não é trivial pré-identificar e isolar nos sistemas os riscos e suas consequências. A eficácia da lei na efetiva proteção da sociedade depende da convergência de diretrizes compartilhadas globalmente, autorregulação e arcabouço regulatório. Regulamentação é um projeto coletivo, que inclui legisladores, partes interessadas, setor privado, academia e sociedade civil. A lacuna de conhecimento sobre IA dos reguladores é uma grande barreira na regulamentação (e posterior fiscalização/*enforcement*); entender como funcionam as cadeias de suprimento dos sistemas de IA, e como atribuir responsabilidades distintas demanda tempo e capacitação. Entre os especialistas, forma-se um consenso de que a efetividade de qualquer regulamentação da IA depende de estabelecer padrões (tipo ISO).

Reconhecendo o tamanho do desafio, as organizações multilaterais estão convocando os especialistas. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, por exemplo, formou o grupo OECD.AI, coordenado pelo britânico Stuart Russell, com o propósito de equipar os governos com o conhecimento e instrumentos necessários para desenvolver políticas voltadas para o futuro da IA. A ONU está capitaneando diversas iniciativas gerais e setoriais, como a reunião promovida pela Unesco com 40 ministros da educação para avaliar as oportunidades, desafios e riscos no curto e longo prazo das tecnologias de IA. Pesquisa global da Unesco, em mais de 450 escolas e universidades, revelou que apenas 10% desenvolveram políticas institucionais e/ou orientações formais sobre o uso de sistemas de IA generativa.

Com base nesse cenário, o órgão está elaborando um conjunto de diretrizes políticas, bem como estruturas de competências de IA para alunos e professores, a ser lançado na “Digital Learning Week”, no segundo semestre de 2023 em sua sede em Paris.

Os governos nacionais igualmente estão se movimentando. Na Europa e nos EUA, os órgãos executivos estão formando equipes de formuladores de política com os parlamentares, agregando acadêmicos e especialistas de mercado. A administração Biden-Harris anunciou um grupo de trabalho do Instituto Nacional de Padrões e Tecnologias (AI@NIST) com voluntários, especialistas dos setores público e privado.

No Brasil, o projeto de lei para criação do Marco Regulatório da Inteligência Artificial, Projeto de Lei 2338, em tramitação no Senado, é um bom ponto de partida, mas requer aperfeiçoamentos, no geral, para: (a) reduzir os custos de conformidade que afetam negativamente a inovação e positivamente a concentração de mercado (empresas médias, pequenas e startups não terão capacidade de atender às exigências legais); e (b) especificar os direitos do usuário afetado, evitando uma enxurrada de ações judiciais. É imprescindível padronizar os critérios de avaliação para classificar o risco, o teor dos documentos de avaliação e os parâmetros a serem utilizados pela autoridade competente para reclassificar e avaliar o impacto algorítmico. A categorização de risco é inadequada para regulamentar os grandes modelos de linguagem (LLMs) ou modelos de fundação, que têm aplicações versáteis e imprevisíveis e trazem preocupações sobre proteção de dados e direito autoral.

Para ter algum protagonismo nesse novo ambiente, o Brasil precisa de investimentos em infraestrutura, plataforma de código aberto e banco de dados robusto em português. A hegemonia da língua inglesa não só compromete a eficiência e confiabilidade para usuários não falantes de inglês, mas também tende a gerar hegemonia da cultura americana (monocultura). A questão ambiental, tema fora da pauta dos reguladores de IA, é estratégica na relação do Brasil com o resto do mundo, e o caminho de avanço da IA com sistemas cada vez mais ricos em dados tem uma pegada de carbono significativa em função do consumo de energia dos data centers para rodar sistemas robustos e de emissões associadas à produção de equipamentos e dispositivos. A regulamentação da IA deve incluir obrigações para reduzir o impacto de carbono (otimização dos processos de treinamento e implantação e uso de fontes de energia renováveis). Regular a IA é urgente, mas sem açodamento. O processo é tão importante quanto o resultado final.

Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/>. Acesso em: 17 out. 2023. (texto adaptado)

01. O texto se desenvolve em torno da

- A) explicação de um fato em torno do qual já existe uma visão consensual arraigada.
- B) defesa de um posicionamento a partir de visões conflitantes sobre o mesmo tema.
- C) defesa de um posicionamento ratificador das visões já existentes sobre o mesmo tema.
- D) explicação de um fato em que há uma convergência entre a ciência e o senso comum.

02. Sobre o papel da inteligência artificial nas transformações pelas quais o mundo está passando, o texto, em sua totalidade, apresenta uma visão

- A) idealizada.
- B) pessimista.
- C) conformista.
- D) ponderada.

03. No primeiro parágrafo, há, além da voz da autora,

- A) três outras vozes, entre as quais há concordância.
- B) duas outras vozes, entre as quais há discordâncias.
- C) três outras vozes cujas visões estão em total divergência.
- D) duas outras vozes cujas visões estão em total convergência.

04. Ao se referir à Inteligência Artificial, no primeiro período do quarto parágrafo, a autora expressa um raciocínio
- A) causal.
 - B) concessivo.
 - C) explicativo.
 - D) condicional.
05. Ao iniciar o segundo período do quarto parágrafo, a autora sinaliza que fará, em relação ao que foi afirmado no período anterior, uma
- A) justificativa.
 - B) conclusão.
 - C) retificação.
 - D) contraposição.

06. Considere o trecho a seguir.

É imprescindível padronizar os critérios de avaliação para classificar o risco, o teor dos documentos de avaliação e os parâmetros a serem utilizados pela autoridade competente para reclassificar e avaliar o impacto algorítmico.

Sobre a construção desse trecho, é correto afirmar que a autora recorre a uma estrutura

- A) de oração substantiva, como uma forma de modalizar o discurso.
 - B) de oração substantiva, como forma de imprimir veracidade ao discurso.
 - C) de oração adjetiva, como forma de imprimir verossimilhança ao que foi afirmado.
 - D) de oração adjetiva, como forma de revelar uma atitude em relação ao que foi afirmado.
07. Leia o período abaixo.

“Nós, humanos, somos propensos ao antropomorfismo, projetando inteligência e compreensão em sistemas que fornecem até mesmo um indício de competência linguística”, pondera.

Nesse trecho, citado pela autora, em que a cientista da computação Melanie Mitchell justifica a ideia de que somos propensos ao antropomorfismo, a expressão **até mesmo**, usada pela cientista, assinala que

- A) o indício de competência linguística é incluído como o argumento mais fraco na escala de características que levam os seres humanos a antropomorfizarem sistemas computacionais.
- B) se deve excluir o indício de competência linguística como argumento para justificar a tendência de os seres humanos antropomorfizarem sistemas computacionais.
- C) se deve contrapor o indício de competência linguística a outros argumentos utilizados para justificar a tendência de os seres humanos antropomorfizarem sistemas computacionais.
- D) o indício de competência linguística é incluído como o argumento mais forte na escala de características que levam os seres humanos a antropomorfizarem sistemas computacionais.

As questões 8 e 9 referem-se ao trecho reproduzido abaixo.

“Se quisermos que **os robôs** respondam ‘por quê?’ ou mesmo que entendam o significado, devemos equipá-los com um modelo causal e ensiná-los a responder a perguntas contrafactuais” [...].

- 08.** Para evitar a repetição redundante da expressão “os robôs”, nesse trecho, utilizou-se o recurso coesivo
- A) da omissão do elemento linguístico e do pronome oblíquo, com função de objeto direto, uma vez que, nesse contexto linguístico, o padrão escrito formal da língua portuguesa não orienta o uso de pronome do caso reto.
 - B) da omissão do elemento linguístico e do pronome oblíquo, com função de objeto indireto, uma vez que, nesse contexto linguístico, o padrão escrito formal da língua portuguesa não orienta o uso de pronome do caso reto.
 - C) do pronome relativo e do pronome oblíquo, com função de objeto direto, uma vez que, nesse contexto linguístico, o padrão escrito formal da língua portuguesa não orienta o uso de pronome do caso reto.
 - D) do pronome relativo e do pronome oblíquo, com função de objeto indireto, uma vez que, nesse contexto linguístico, o padrão escrito formal da língua portuguesa não orienta o uso de pronome do caso reto.

09. O não uso do acento grave, nas duas ocorrências da palavra “a”, deve-se,

- A) na primeira ocorrência, ao gênero da palavra imediatamente posposta ao “a”; na segunda, ao uso de um substantivo feminino, imediatamente posposto ao “a”.
- B) na primeira ocorrência, à classe gramatical da palavra imediatamente posposta ao “a”; na segunda, ao uso de um substantivo no sentido generalizador, imediatamente posposto ao “a”.
- C) na primeira ocorrência, à regência obrigatória da palavra imediatamente posposta ao “a”; na segunda, ao uso de um substantivo no sentido generalizador, imediatamente posposto ao “a”.
- D) na primeira ocorrência, à regência obrigatória do verbo imediatamente anteposto ao “a”; na segunda, ao uso de um substantivo no sentido feminino, imediatamente posposto ao “a”.

10. Considere o período reproduzido abaixo.

Regular a IA é urgente, mas sem açodamento.

A palavra “açodamento” mantém relação de

- A) antonímia com a palavra “ansiedade”.
- B) sinonímia com a palavra “pressa”.
- C) sinonímia com a palavra “lentidão”.
- D) antonímia com a palavra “sofreguidão”.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LEGISLAÇÃO

11. O Estatuto dos Servidores Públicos Federais (Lei n.º 8.112/1990) dispõe a respeito do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. Entre outras matérias, o Estatuto versa sobre o Plano de Seguridade Social do servidor federal, compreendendo uma série de benefícios para o servidor e sua família. Consoante às regras previstas na lei em destaque, à família do servidor ativo que for afastado por motivo de prisão, em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente, é devido, enquanto perdurar a prisão, auxílio-reclusão no valor de:
- A) Um terço da remuneração.
 - B) Metade da remuneração.
 - C) Dois terços da remuneração.
 - D) Três quartos da remuneração.
12. Ainda nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Federais (Lei n.º 8.112/1990), considera-se noturno, para fins de percepção do Adicional Noturno, o serviço prestado pelo servidor em horário compreendido entre
- A) 21 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte.
 - B) 21 horas de um dia e 6 horas do dia seguinte.
 - C) 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte.
 - D) 22 horas de um dia e 6 horas do dia seguinte.
13. A Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, trazendo preceitos que reforçam o dever da família e do Estado na concretização desse direito social. Conforme as disposições contidas na lei em destaque, constitui dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos:
- A) 3 anos de idade.
 - B) 4 anos de idade.
 - C) 5 anos de idade.
 - D) 2 anos de idade.
14. Nos termos da Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, também denominada Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar, entre outros princípios, o da transparência, definido como uma garantia, aos titulares, de
- A) exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.
 - B) informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial.
 - C) realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.
 - D) consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais.

CONCURSO PÚBLICO – TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO - TAE
EDITAL Nº. 007/2023 – RE/IFRN

15. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394/1996), compreendem as instituições de:
- A) Ensino fundamental mantidas pelo Poder Público municipal.
 - B) Educação superior mantidas pelo Poder Público municipal.
 - C) Educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada.
 - D) Educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada.
16. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados pela Lei n.º 11.892/2008, têm como órgão executivo a reitoria, composta por 1 Reitor e 5 Pró-Reitores. De acordo com as disposições do citado diploma legal, os Reitores serão nomeados pelo Presidente da República, para mandato de
- A) 4 anos, vedada a recondução.
 - B) 2 anos, vedada a recondução.
 - C) 2 anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do respectivo Instituto Federal.
 - D) 4 anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do respectivo Instituto Federal.
17. As normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas estão previstas na Lei n.º 8.027, de 12 de abril de 1990. Nos termos da normativa em destaque, constitui falta administrativa, punível com a pena de demissão, a bem do serviço público,
- A) Atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas.
 - B) Opor resistência ao andamento de documento, processo ou à execução de serviço.
 - C) Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.
 - D) Manter sob a sua chefia imediata cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.
18. A Lei Federal n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, é o diploma que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Consoante às disposições da referida lei, ressalvados os casos de comprovada má-fé, o direito da Administração Pública de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em
- A) 3 anos, contados da data em que foram praticados.
 - B) 5 anos, contados da data em que foram praticados.
 - C) 3 anos, contados da data em que se tornaram conhecidos pela autoridade competente.
 - D) 5 anos, contados da data em que se tornaram conhecidos pela autoridade competente.
19. Nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394/1996), considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a (à)
- A) Obras de infraestrutura realizadas para beneficiar a rede escolar.
 - B) Concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas.
 - C) Subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural.
 - D) Formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomático.

- 20.** De acordo com o disposto no art. 10 da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º dessa Lei e, notadamente, a ação de
- A) deixar de prestar contas quando estiver obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades.
 - B) celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
 - C) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
 - D) revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – ODONTÓLOGO

- 21.** Os materiais restauradores diretos (cimento, liga metálica, compósito de base resinosa/ resina composta) são inseridos e conformados intraoralmente para restaurar elementos dentários, recuperando a função e/ou a estética perdida. As restaurações diretas de cavidades classe II e as restaurações diretas em áreas de cúspides são contraindicações relacionadas
- A) aos ionômeros de vidro.
 - B) aos amálgamas de prata.
 - C) às resinas compostas microhíbridas.
 - D) às resinas compostas nanoparticuladas.
- 22.** Restauração indireta é a recuperação da forma e da função do elemento dental por meio da cimentação de uma peça protética feita sob medida e em laboratório. Parte da estrutura dental remanescente é protegida por meio da cobertura de uma ou mais cúspides nas restaurações indiretas tipo
- A) inlays.
 - B) onlays.
 - C) overlays.
 - D) coroas totais.
- 23.** São restaurações em resina composta confeccionadas em modelos de gesso ou silicone pelo próprio cirurgião-dentista, sem a necessidade de ser enviada para o laboratório. Essa definição refere-se às restaurações
- A) semidiretas de resinas compostas
 - B) indiretas de resinas compostas.
 - C) diretas de resinas bulk-fill regular.
 - D) diretas de resinas bulk-fill flow+ resina de cobertura.
- 24.** Irradiância é a potência do LED (diodo emissor de luz) dividida pela área de saída da ponta do fotoativador e é mensurada em mw/cm^2 . Para incrementos de 2mm de espessura, com tempo de 40s, uma polimerização adequada deve apresentar irradiância em torno de:
- A) 200 mw/cm^2 .
 - B) 400 mw/cm^2 .
 - C) 1000 mw/cm^2 .
 - D) 1400 mw/cm^2 .
- 25.** A Odontologia estética adesiva é totalmente “LED dependente” e, portanto, a qualidade da fotoativação influencia muito na longevidade dos nossos trabalhos. Uma fotoativação foi corretamente realizada quando
- A) o compósito resinoso se tornar o mais rígido possível.
 - B) a maior quantidade possível de polímeros formada.
 - C) o feixe de luz do aparelho fotoativador produzir uma maior dispersão de luz.
 - D) o feixe de luz do aparelho fotoativador produzir um maior espalhamento de luz.

26. Os sistemas adesivos revolucionaram a Odontologia nos últimos anos. Entretanto, enquanto a adesão em esmalte é considerada uma técnica segura e confiável, a união à dentina ainda é um desafio, por ser um substrato heterogêneo com estrutura canalicular, alto conteúdo orgânico e intrinsecamente úmido. Vale salientar, ainda, que alguns cuidados devem ser tomados quando os sistemas adesivos são aplicados e manuseados. Assim, os adesivos em frascos precisam ser
- A) agitados, antes do seu uso, para promover a homogeneização dos seus componentes.
 - B) mantidos com os frascos abertos para facilitar a evaporação do solvente durante seu manuseio.
 - C) guardados em locais refrigerados/geladeira, em torno de 4°C, para evitar o aquecimento do material adesivo.
 - D) dispensados diretamente e em contato direto com o aplicador tipo microbrush, para evitar a incorporação de bolhas.
27. Compreender o mecanismo de amplificação da luz por emissão estimulada de radiação é imprescindível e permite o entendimento das peculiaridades dessa luz em comparação às demais fontes de luz disponíveis no mercado odontológico. As radiações utilizadas na Odontologia que promovem vaporização do tecido mole, descontaminação intracanal em endodontia e descontaminação intrasucular em periodontia são os
- A) *lasers* de alta potência.
 - B) *lasers* de baixa potência.
 - C) LEDs com ponteiros transmissoras diretas.
 - D) LEDs com ponteiros transmissoras indiretas.
28. O efeito biomodulador dos *lasers* de baixa potência e a ablação seletiva dos tecidos dentais duros com lasers de alta potência vêm atraindo diversos pesquisadores e clínicos que procuram por resultados clínicos satisfatórios e pela oferta de um tratamento confortável aos pacientes (Steiner-Oliveira et al., 2012). Nesse contexto, os efeitos terapêuticos dos *lasers* de baixa potência se devem
- A) à diminuição do fluxo sanguíneo.
 - B) à diminuição da atividade de proliferação celular.
 - C) ao aumento da atividade de proliferação celular.
 - D) ao aumento da transmissão do impulso nervoso.
29. As LCNC(s), lesões cervicais não cáries, são condições patológicas de origem multifatorial, sem envolvimento bacteriano, que ocasionam a perda da estrutura dentária na região cervical. O motivo de acometer com maior frequência a região cervical ocorre devido ao fato de que, na junção amelocementária (JAC)
- A) a dentina é mais espessa, e o esmalte e o cimento são pouco resistentes.
 - B) a dentina é menos espessa, e o esmalte e o cimento são pouco resistentes.
 - C) o esmalte é mais espesso, e a dentina e o cimento são pouco resistentes.
 - D) o esmalte é menos espesso, e a dentina e o cimento são pouco resistentes.

- 30.** Atualmente, enfatiza-se a prescrição individualizada dos produtos e dispositivos de higiene oral aos pacientes (Oliveira, Maria Luiza de Moraes et al., 2022). Os dentifrícios foram, inicialmente, utilizados pela sua função cosmética, assumindo, posteriormente, importante função como veículo para agentes terapêuticos. No entanto, a recomendação universal, para quem ainda não recebeu uma prescrição elaborada pelo dentista, é de usar um dentifrício
- A) com antimicrobiano (clorexidina).
 - B) anticárie simples (pelo menos 1000ppmF).
 - C) sem lauril sulfato de sódio (LSS/detergente).
 - D) sem elementos químicos (flúor, parabenos e álcool).
- 31.** O RDA (relative dentin abrasivity) é uma escala que atribui aos cremes dentais um valor de abrasividade. Cremes dentais com RDA altos podem promover maior perda de estrutura dentária, principalmente, após um desafio ácido (Oliveira, Maria Luiza de Moraes et al., 2022). De acordo com a ADA (American Dental Association), receberão um selo de aprovação RDA aceitáveis aqueles cremes dentais que apresentarem
- A) RDA abaixo de 250.
 - B) RDA abaixo de 85.
 - C) RDA abaixo de 1000.
 - D) RDA abaixo de 1450.
- 32.** Alteração do esmalte dos dentes que afeta um ou mais primeiros molares permanentes, frequentemente, associada aos incisivos permanentes, apresentando uma etiologia ainda não totalmente estabelecida. A literatura tem relacionado essa alteração com fatores ambientais que estão associados com condições sistêmicas. Clinicamente, as alterações do esmalte podem variar com relação à coloração, do branco ao amarelo ou marrom, com uma demarcação nítida no esmalte afetado. Diante desse contexto, essa descrição se refere às alterações odontológicas de
- A) fluorose dental sistêmica.
 - B) fluorose molar incisivo (FMI).
 - C) hipomineralização molar incisivo (HMI).
 - D) hipomineralização generalizada/sistêmica.
- 33.** A escova dental é o principal recurso para a desorganização e remoção do biofilme. A técnica de escovação bem realizada possibilita a remoção do biofilme com as escovas tradicionais, mas determinados aspectos podem ser observados no momento da recomendação individualizada. Há várias técnicas de escovação descritas na literatura, não há uma única técnica recomendada para todas as pessoas (Oliveira, Maria Luiza de Moraes et al., 2022). A melhor técnica de escovação é aquela em que o indivíduo consegue realizar removendo a maior quantidade de biofilme, sem traumatismo. A técnica de escovação que consiste em movimentos vibratórios curtos no sentido ântero-posterior, com a escova posicionada em um ângulo de 45 graus, próximo à margem gengival/diretamente no sulco, e que finaliza os movimentos de vibração com movimentos de “rolar” a escova no sentido incisal /oclusal é denominada técnica de
- A) Bass.
 - B) Fones.
 - C) Stillman.
 - D) Bass modificada.

34. É um material de preenchimento usado também como reforço de dentes tratados endodonticamente, associado ou não aos pinos pré-fabricados. Apresenta boa resistência mecânica; adequação para o preparo, adesividade, módulo de elasticidade semelhante à estrutura dental, facilidade de manipulação e rápida polimerização. Essa definição refere-se à (ao)
- A) resina composta.
 - B) amálgama de prata.
 - C) ionômero de vidro convencional.
 - D) ionômero de vidro reforçado com prata.
35. Gotículas e aerossóis são importantes vias de transmissão de doenças antes, durante e depois do atendimento odontológico. As gotículas que não se depositam, chamadas de aerossóis, podem permanecer no ar do consultório por horas, contendo microrganismos patogênicos. Por isso, a sala de consulta e a sala de atendimento devem ser ambientes totalmente separados. Da fonte, boca do paciente, as gotículas produzidas podem se depositar, nas superfícies de equipamentos, móveis e chão, em um raio, aproximadamente, de até
- A) 1 metro.
 - B) 10 metros.
 - C) 2 metros.
 - D) 20 metros.
36. Seguindo as normas de biossegurança e controle de infecção na prática odontológica, quanto aos cuidados depois do atendimento odontológico, durante a desinfecção e troca de barreiras, limpeza e esterilização dos equipamentos/instrumentos e desparamentação, é correto afirmar:
- A) Todas as barreiras (plásticos, TNTs ou filmes) devem ser trocadas no final dos atendimentos de cada turno (manhã/tarde/noite).
 - B) A cadeira odontológica, outras superfícies do equipo e a mesa clínica devem ser limpas e desinfetadas após cada atendimento.
 - C) O processo de esterilização dos instrumentos e equipamentos deve ser 100% comprovado por meio dos monitoramentos físico e químico.
 - D) Para não haver contaminação durante a desparamentação, a ordem sugerida pelas normas de biossegurança deverá ser seguida, iniciando sempre pela remoção do avental descartável.
37. Considerando a complexidade e a elevada insalubridade do serviço de odontologia, tornam-se necessárias medidas que reduzam a produção de aerossóis livres no ar, em virtude da alta produção de aerossóis gerados na quase totalidade dos procedimentos odontológicos, da capacidade de dispersão dos aerossóis e do seu potencial de transmissibilidade da covid-19 e de outras doenças, tais como
- A) gripe, tuberculose, sífilis.
 - B) HIV, pneumonia e gripe.
 - C) hepatite C, HIV e pneumonia.
 - D) hepatite C, HIV e herpes zoster.

38. É uma tecnologia indicada para odontologia que possibilita a captura de imagens radiográficas em 3D, com profundidade, sendo útil para diversas áreas: diagnóstico por imagens, periodontia, implantodontia, endodontia e outras. Por ser voltada, exclusivamente, à arcada dentária e contar com uma tecnologia mais avançada, gera imagens muito mais detalhadas. Inúmeros registros com informações necessárias para a criação da imagem em 3D são enviados ao computador, onde a imagem será formada por meio de um *software*. Essa definição refere-se às
- A) radiografias tridimensionais.
 - B) radiografias panorâmicas computadorizadas em 3D.
 - C) tomografias computadorizadas de feixe cônico ou volumétrico.
 - D) tomografias computadorizadas de feixe em leque.
39. Para pesquisa e investigação de fraturas radiculares, condutos não obturados, lesões periapicais e suspeita de trincas, quanto mais específica for a solicitação elaborada pelo dentista clínico, mais chances o radiologista terá de auxiliar no diagnóstico. Existem diversos equipamentos de tomografias e diversas maneiras. Para chegarmos à melhor imagem diagnóstica dessas lesões, é imprescindível que o exame seja realizado em tomografia
- A) cone beam de FOV (campo de visão) grande e alta resolução.
 - B) cone beam de FOV (campo de visão) pequeno e alta resolução.
 - C) fan beam de FOV (campo de visão) grande e alta resolução.
 - D) fan beam de FOV (campo de visão) pequeno e alta resolução.
40. É uma Inflamação do tecido gengival no qual recobre uma parte dos dentes em surgimento e erupção. Os terceiros molares são os mais acometidos. Apresenta etiologia ligada ao acúmulo de biofilme. O tratamento inicial (da fase aguda) consiste no combate ao agente etiológico e à sintomatologia por meio de métodos não invasivos de remoção e controle do biofilme. O uso de medicações (antibióticos, anti-inflamatórios e analgésicos) também deve ser observado, principalmente, nos pacientes que apresentam um intenso envolvimento sistêmico. A maior incidência se dá em indivíduos entre 20-29 anos. O fragmento textual acima refere-se à afecção bucal denominada:
- A) Periodontite.
 - B) Pericoronarite.
 - C) Gengivite localizada.
 - D) Gengivite ulcerativa.